

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição e instalação de 03 (três) aparelhos de ar-condicionado, nas pontes de embarque (FINGER) do Aeroporto Regional do Oeste – Cel. Adalberto Mendes da Silva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Aparelho de ar-condicionado tipo Piso/Teto Inverter, ciclo Quente/Frio, capacidade de 60.000 BTU/h, tensão 380V Trifásico. Equipamento com Selo INMETRO, tecnologia inverter, compressor rotativo ou scroll, e atendimento às normas técnicas aplicáveis.	3	UND	16.749,40	50.248,20
2	Serviço de Instalação, conforme especificações técnicas e Projeto Anexo I. Deve incluir: tubulação de cobre 8 m, tubulação de dreno 7m, fluido refrigerante ecológico (R-410A ou superior), instalação completa, testes e comissionamento.	3	SER	3.059,01	9.177,03
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 59.425,23 (CINQUENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto, desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 01/2024 - TRANSITAR.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O modelo de aquisição do presente objeto será o de compra, conforme art. 6º, inciso X da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual nos termos da lei.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Para esta contratação a nota de empenho substituirá o instrumento contratual, sendo-a regida pelas regras contidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico Específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação não foi previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme Portaria Administrativa nº 135/2024, publicada no Órgão Oficial do Município de Cascavel - Edição Ordinária – Nº 3881 – Ano XVI – Caderno 1 – Atos do Poder Executivo, em 31 de agosto de 2024. Contudo, o próprio documento estabelece, em seu artigo 4º, a possibilidade de inclusão de processos licitatórios não previstos originalmente, desde que devidamente justificados pela área demandante.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da presente contratação constam no Estudo Técnico Preliminar em tópico próprio,

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A empresa contratada deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental;

4.2.2. A empresa CONTRATADA deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados;

4.2.3. Serão priorizados materiais e tecnologias sustentáveis, com baixo consumo de energia, baixa emissão de gases poluentes, menor impacto ambiental durante a produção e descarte;

4.2.4. Serão adotadas práticas de gestão de resíduos eficientes, incluindo a separação, reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados durante o serviço.

Indicação de marcas ou modelos (art.41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.3. Na presente contratação, considerando tratar-se de aquisição com instalação integrada, deverão ser rigorosamente observadas as diretrizes estabelecidas nos Estudos Técnicos

Preliminares, especialmente no que se refere à necessidade de fornecimento de componentes, materiais e acessórios novos, originais de fábrica e compatíveis com os aparelhos especificados.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.4. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não se aplica neste caso.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.8. Não haverá necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, considerando que deverá ser executado conforme previsto no projeto de substituição dos equipamentos, o qual constará anexo ao Edital.

Obrigações das partes

4.9. As obrigações da contratante e da contratada constarão no termo de contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Identificada a demanda, a Autarquia deverá indicar a empresa detentora o local para a instalação dos equipamentos e realização dos serviços, descrevendo quando for o caso, as características do serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos da execução dos serviços:

5.1.2.1. O Fiscal de contrato irá entrar em contato com a empresa vencedora do certame, e no prazo de até 10 dias corridos um técnico da empresa poderá realizar in loco, se achar necessário, o levantamento de todos os requisitos e serviços para a instalação dos equipamentos e a prestação dos serviços, para que assim a Autarquia emita o Empenho.

5.1.2.2. A empresa vencedora do certame, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a entrega dos equipamentos e execução dos serviços de instalação, contados a partir da emissão do empenho, após o levantamento do técnico da empresa.

5.1.2.3. Poderá ser definido prazo para a conclusão dos serviços em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Tal prazo deverá ser registrado por e-mail ou Ordem de Serviço, e seu descumprimento acarretará aplicações previstas em Lei, considerando a limitação de horários para instalação, que será somente no período de entre voos.

5.1.3. A empresa contratada deverá entregar ao Fiscal de Contrato uma via da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida e recolhida junto ao CREA-PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná, referente à realização dos serviços contratados. Todo o ônus relativo à emissão e do recolhimento da ART será da Empresa Contratada.

5.1.4. É de inteira responsabilidade da contratada a entrega e instalação dos produtos no local indicado pelo Fiscal de Contrato do Aeroporto.

5.1.5. A empresa contratada, durante os trabalhos, deverá manter continuamente a limpeza e segurança das áreas afetadas e, ao final de cada jornada, deverá ser removido e recolhido todo entulho, materiais, ferramentas e equipamentos de forma a permitir o perfeito e seguro andamento da utilização das pontes de embarque (FINGERS)

5.1.6. A empresa contratada deverá efetuar limpeza no local dos trabalhos e dos materiais aplicados após a execução, que deve incluir varredura de todo piso e remoção de poeiras e resíduos utilizando-se dos meios necessários, bem como da destinação dos resíduos

5.1.7. É responsabilidade da Contratada o ressarcimento de danos que venham a ocorrer na prestação dos serviços, tais como quebra de vidros e demais eventuais riscos.

5.1.8. É de responsabilidade da Contratada zelar pela qualidade dos serviços prestados para que não haja comprometimento da execução do objeto pactuado.

5.1.9. O descumprimento do prazo de atendimento ou falta do Profissional para atender aos serviços ensejará a aplicação de penalidades a Contratada, conforme previsto em edital.

5.1.10. A Contratada se responsabilizará pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, mesmo que haja o recebimento definitivo do objeto

5.1.11. A Contratada deverá informar nome e contato da pessoa responsável direta para a execução do objeto, mantendo-os sempre atualizados. A Contratada deverá realizar os serviços em conformidade com a Portaria 3.523 de 28 de agosto de 1998 – ANVISA.

5.1.12. A Contratada deverá realizar os serviços em conformidade com a Lei nº 13.589/2018. A Contratada deverá atender a NR 35 - Trabalho em altura, quando couber.

5.1.13. A Contratada deverá realizar os serviços em conformidade com a Resolução - RDC 67 de 08 de outubro de 2007, segundo RDC - (8.7. Nas etapas do processo de manipulação, quando forem utilizadas matérias-primas sob a forma de pó devem -se tomar precauções especiais com a instalação de sistema de exaustão de ar, devidamente qualificado, de modo a evitar a sua dispersão no ambiente).

5.1.14. A Contratada e seu responsável técnico deverão estar inscritos e manter-se regulares junto aos respectivos Conselhos de Classe, Conselho Regional de Engenharia e

Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais - CRI.

5.1.15. É responsabilidade da contratada providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, destinação de resíduos, encargos sociais e trabalhistas, fornecimento de EPIs aos seus colaboradores e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

5.1.16. A contratação dos produtos e execução dos serviços deverá ocorrer na vigência do Contrato, mediante demanda dos órgãos e Unidades Administrativas.

5.1.17. Deverá ser exigida garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos fornecidos, compreendendo os 90 (noventa) dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), acrescida de garantia contratual complementar. Caso o fabricante não ofereça garantia pelo período integral, a CONTRATADA deverá assumir a complementação da garantia, de modo a assegurar o prazo mínimo total exigido. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante juntamente com cada item fornecido, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos vícios, defeitos ou danos decorrentes do objeto, nos termos dos artigos. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor.

5.1.18. A assistência técnica deverá ser prestada mediante manutenção corretiva durante o prazo de garantia, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os materiais em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.1.19. Os produtos eventualmente adquiridos também deverão possuir rede de assistência técnica autorizada, localizada na região do Município de Cascavel - PR a fim de permitir a agilidade do atendimento aos acionamentos de garantia, assim como para assegurar a execução de eventuais manutenções corretivas futuras.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. Início da execução do objeto: **05 (cinco) dias do recebimento da nota de empenho;**

5.2.2. A instalação dos equipamentos ocorrerá conforme prévio agendamento e cadastramento prévio junto ao Setor de Segurança AVSEC, através do contato 45-3228-2499 ramal 251 ou email: avsec@transitarcascavel.com.br, falar com Maycon.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Aeroporto Regional do Oeste** - Estrada Municipal Itelo Webber (Estrada do Aeroporto), nº 1.300, Bairro Santos Dumont, Cascavel/PR.

5.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme agendamento.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- 5.5.1. Instalação dos 03 (três) equipamentos de ar-condicionado conforme projeto, incluindo todos os insumos necessários;
- 5.5.2. Realização de testes de operacionalidade dos equipamentos;
- 5.5.3. Realização de ajustes de instalação, caso necessário.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quanto necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.7.1. Substituição de 03 (três) equipamentos de ar-condicionado nas duas pontes de embarque (FINGERS) do Aeroporto Regional do Oeste.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da lei nº 14.133, de 2021)

5.8. Os serviços de instalação, testes e comissionamento deverão possuir garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do aceite definitivo do objeto, período durante o qual a CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para a Administração, pela correção de quaisquer falhas, vícios ou defeitos decorrentes da execução dos serviços.

5.9. Aplica-se, de forma subsidiária, o disposto na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada par reunião inicial para apresentação

do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada deverá apresentar formalmente o preposto da empresa no prazo de até 5 (cinco) dias à fiscalização do contrato, indicando no instrumento nome completo, CPF, dados para contato (telefone e e-mail), e os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato, ou pelos seus respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.1. A fiscalização contratual seguirá o contido na Instrução Normativa Nº 007/2024 - TRANSITAR.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto considerará a entrega e instalação total dos equipamentos de ar-condicionado.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Entrega integral dos 03 (três) equipamentos de ar-condicionado;

7.2.2. Instalação integral dos 03 (três) equipamentos de ar-condicionado.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo fiscal de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências dispostas no contrato.

7.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

- 7.3.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.5. O(s) fiscal(is) do contrato realizará(ão) o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito do recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado da avaliação da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

7.15.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-IBGE** de correção monetária, ou na sua ausência índice que o substituir.

Do reajuste

7.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA-IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 do subitem acima, bem como nas alíneas 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. Multa:

8.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item 8.1.4, de **0,03% (zero vírgula zero três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela descumprida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.3.2. Moratória de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1% (um por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas 8.1.5 a 8.1.8 de **0,2% (zero vírgula dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea 8.1.3, de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 8.1.2, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.3.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea 8.1.4, de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 8.1.1, de **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4. As penalizações e dosimetrias seguirão o contido no Decreto Municipal nº 17.664/2023.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência, em acordo ao Decreto Municipal nº 17.664/2023, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas caso ocorram.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso;
- 9.14. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),** mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 9.16. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão expedida pela referida fazenda pública, ou outra equivalente na forma da lei;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Considerando que o presente processo licitatório será para entrega imediata, não será exigida qualificação econômico-financeira dos licitantes, conforme art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

9.23. Considerando que o presente processo licitatório será para entrega imediata, não será exigida qualificação econômico-financeira dos licitantes, conforme art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 59.425,23 (cinquenta e nove mil quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos, conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços.

10.2. Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas no Mapa Comparativo de Preços, o preço máximo foi obtido por meio da média dos preços unitários, conforme Instrução Normativa Nº 002/2024 TRANSITAR. Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da TRANSITAR.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- i) Unidade: Autarquia Municipal de Mobilidade, Trânsito e Cidadania – TRANSITAR
- ii) Vínculo: 89 – Aeroporto
- iii) ITEM 01 - Ação: 2644 – Equipar o Sistema Aeroportuário Municipal
- iv) Dotação: 1794
- v) Elemento de Despesa: 3.44.90.52 – Material Permanente
- vi) Subelemento: 3.44.90.52.34 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos -
Valor: R\$ 50.248,20
- vii) ITEM 02 - Ação: 2643 – Realizar a manutenção e desenvolvimento das atividades do Aeroporto
- viii) Dotação: 1786
- ix) Elemento: 3.33.90.39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
- x) Subelemento: 3.33.90.39.17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos – Valor de R\$ 9.177,03.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

12.1. Considerando a natureza do objeto não há necessidade de classificá-lo como sigiloso, nos termos da lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Cascavel/PR, 20 de janeiro de 2026.


Sandra Luisa Covatti
Matrícula nº 109

Aprovado por:


Jocemara Lopes
Diretora do Departamento de Administração Aeroportuária

Página 17 | 17



- NOTAS:
1. O instalador deveva *certificar-se* a distância mínima da tubulação do gás para a máquina a ser implantada, respeitando sempre as instruções feitas pelo fabricante.
2. A distância da tubulação não referenciada minimiza, podendo ser maior no momento da instalação.
3. As distâncias de dreno marcadas no projeto são calculadas com a água desceida até o vaporiz.
4. As tubulações de dreno devem ser concluídas antes da que a água escorra facilmente para fora, e não volte para a evaporadora.
5. As máquinas à serem instaladas devem ser colocadas nos locais de destino, e depois, conforme descrito no passo 6 e finalização do sistema.



MAQUINA EVAPORADORA - DETALHE ESPECIFICADO NO PROJETO

MAQUINA CONDENSADORA - DETALHE E ESPECIFICADO NO PROJETO

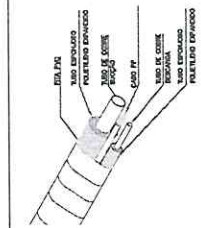
DEBIDA A TUBULAÇÃO PVC DE DRENAGEM NÍVEL INTERIOR COM ENCAIXE EM 90 EQUIVARIANTES VASCON

TUBULAÇÕES DE CORREIO INTERLUMAS EM VERTICAÇÃO A CONDENSADORA, CONFORME RESISTÊNCIA DA MAQUINARIA E SEU INSTALADA

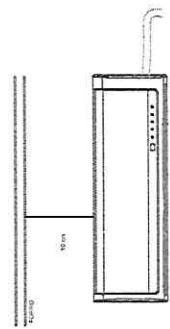
TUBULAÇÃO PVC QUE CONDUTA ÁGUA DA TUBOCHADIA PARA FORA DA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS VASCON DESENVOLVIDOS

PROJETO DE ARQUITETURA E INTERIORES

PROJETO DE ARQUITETURA E INTERIORES



DETALHAMENTO - LINHA FRIGORIGENA
SEMESSALA



DETALHAMENTO - INSTALAÇÃO DE EVAPORADORA SEM ESCALA



TRANSITAR
Movilidad - Tránsito - Ciudadanía

TRANSITAR CASCABEL

PROPOSTA Nº 00308	ENFERMEIRO DA OBRA	01/01
PROPOSTA DE ALUGAVO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO	AFRIDIORIO DE OLIVEIRA - CEL. ALMEIDA MUGES DA SILVA AV. TELO WEBER, S/N - SANTOS D'AMANT - CAJALMUSE	ESCALA
PROPRIETARIO	EXECUTOR DA OBRA	DATA DO PÓS 3
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO	CONTEÚDO	DEFINIÇÃO
AUTARQUIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIAS, TRÂNSITO E COMERCIAL - TRANSFAR - CNPJ 33.027.512/0001-16		WELLTON
WELTON ALVES DA LUZARTE CNPJ 04.215.344-0		POSIIONAMENTO DA TROCA DOS EQUIPAMENTOS AR CONDICIONADO PARA OS FINGER'S DE 02